

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL: PERMANÊNCIA ESCOLAR NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

Territory and uneven regional development: school retention in the Serrana Region of Rio de Janeiro

Territorio y desarrollo regional desigual: permanencia escolar en la Región Serrana Fluminense

DOI: 10.23900/artefactum.v25i2.2704

Submitted on: 3.16. 2026

Accepted on: 4.10. 2026

Published on: 4.16.2026

Daniel Teixeira dos Santos

Doutor em Geografia Humana

E-mail: teixeiradaniel@id.uff.br

Maria Alice Nunes Costa

Doutora em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: mariachaves@id.uff.br

Alcides Barrichelo

Doutor em Administração de Empresas

E-mail: alcidesbarrichel@uol.com.br

RESUMO

O artigo analisa a permanência escolar de jovens na Região Serrana Fluminense a partir de sua articulação com a estrutura territorial e a hierarquia urbana do interior do estado do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que a permanência se configura como um processo instável e desigual, marcado pela centralidade da renda, pelas desigualdades racializadas e pela inserção desigual das municipalidades na rede urbana regional. Evidencia-se que Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis concentram funções essenciais, produzindo uma distribuição desigual de oportunidades e serviços no território. Nesse contexto, a permanência escolar manifesta-se como uma trajetória em disputa e continuamente tensionada pelas condições materiais de vida e territoriais, deixando de ser um fluxo linear para tornar-se um arranjo frágil que depende, sobretudo, da densidade das redes de apoio coletivas enraizadas no lugar (familiares, comunitárias e territoriais) e das estratégias de inserção no trabalho, ainda que marcadas pela flexibilização e pela precariedade, como formas de viabilizar a continuidade dos percursos educacionais frente às lacunas do suporte institucional.

Palavras-chave: permanência escolar, desigualdades territoriais, juventude, rede urbana, reprovação escolar, desigualdades racializadas.

ABSTRACT

This article analyzes the school retention of young people in the Região Serrana Fluminense through its articulation with the territorial structure and the urban hierarchy of the interior of the state of Rio de Janeiro. The results indicate that school retention is configured as an unstable and unequal process, marked by the centrality of income, by racialized inequalities, and by the unequal insertion of municipalities into the regional urban network. The findings show that Nova Friburgo, Teresópolis, and Petrópolis concentrate essential functions, producing an unequal distribution of opportunities and services across the territory. In this context, school retention emerges as a contested trajectory, continuously strained by material living conditions and territorial constraints, ceasing to be a linear flow and becoming instead a fragile arrangement that depends above all on the density of collective support networks rooted in place (family, community, and territorial networks) and on strategies of labour market insertion, even when marked by flexibility and precariousness, as ways of enabling the continuity of educational pathways in the face of gaps in institutional support.

Keywords: school retention, territorial inequalities, youth, urban network, grade repetition, racialized inequalities.

RESUMEN:

El artículo analiza la permanencia escolar de jóvenes en la Región Serrana Fluminense a partir de su articulación con la estructura territorial y la jerarquía urbana del interior del estado de Río de Janeiro. Los resultados indican que la permanencia se configura como un proceso inestable y desigual, marcado por la centralidad del ingreso, por las desigualdades racializadas y por la inserción desigual de los municipios en la red urbana regional. Se evidencia que Nova Friburgo, Teresópolis y Petrópolis concentran funciones esenciales, produciendo una distribución desigual de oportunidades y servicios en el territorio. En este contexto, la permanencia escolar se manifiesta como una trayectoria en disputa y continuamente tensionada por las condiciones materiales de vida y por las desigualdades territoriales, dejando de ser un flujo lineal para convertirse en un arreglo frágil que depende, sobre todo, de la densidad de las redes colectivas de apoyo arraigadas en el lugar (familiares, comunitarias y territoriales) y de las estrategias de inserción laboral, aunque estén marcadas por la flexibilización y la precariedad, como formas de viabilizar la continuidad de las trayectorias educativas frente a las carencias del soporte institucional.

Palabras clave: permanencia escolar, desigualdades territoriales, juventud, red urbana, repetencia escolar, desigualdades racializadas.

1 INTRODUÇÃO

A Região Serrana Fluminense constitui um recorte territorial particularmente relevante para a análise das relações entre desigualdades regionais e permanência escolar no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um espaço marcado por heterogeneidades econômicas, geográficas e institucionais, expressas na organização da rede urbana, na

distribuição desigual de infraestrutura e na oferta diferenciada de serviços públicos. A coexistência entre centralidades urbanas consolidadas, pequenos municípios e extensas áreas distritais, rurais e periurbanas configura um padrão de urbanização híbrida, no qual funções urbanas se articulam a atividades agrícolas, agroindustriais, turísticas, industriais e terciárias, produzindo diferenciações internas significativas.

A composição político-administrativa da região também se mostra relevante para o problema analisado. Na última década, a delimitação territorial e a gestão das políticas públicas vêm sendo reconfiguradas por sobreposições de escalas institucionais: enquanto a Fundação CEPERJ (2024) define a região de planejamento com 13 municípios, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (2024) opera em escala ampliada, abrangendo 23 municípios distribuídos entre as regionais Serrana I e Serrana II. Essa sobreposição articula centros de maior centralidade, como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, a um conjunto expressivo de municípios de menor centralidade, evidenciando uma organização regional internamente desigual, com distintos níveis de capacidade institucional e provisão de serviços.

É nesse contexto que se insere a delimitação empírica da pesquisa. A coexistência entre municípios médios, dotados de maior densidade institucional e diversificação funcional, e pequenos municípios marcados por limitações estruturais e dependência intermunicipal orienta o desenho analítico do estudo. Diante da divergência entre os recortes institucionais, adotaram-se como amostra os 13 municípios definidos pela CEPERJ (2024), acrescidos de Petrópolis, totalizando 14 municípios. Mais do que uma escolha operacional, esse recorte permite apreender, no interior da própria região, diferentes posições na rede urbana e distintas condições territoriais de reprodução da vida escolar.

Nesses contextos, a permanência escolar não se reduz à presença física na escola. Ela é atravessada por condições materiais, disposições subjetivas e mediações institucionais, nas quais a escola pode operar simultaneamente como espaço de projeção de futuro e como locus de desgaste. Permanecer, assim, envolve processos de engajamento, pertencimento e reconhecimento profundamente condicionados pelas desigualdades regionais que estruturam as experiências juvenis, sobretudo em contextos não metropolitanos.

Diante desse quadro, o artigo busca responder à seguinte questão: em que medida a urbanização e o desenvolvimento geográfico desigual da Região Serrana Fluminense se expressam na permanência escolar, em associação à posição hierárquica dos municípios na rede urbana e à seletividade territorial dos investimentos públicos e privados? Ao adotar uma abordagem relacional, o estudo procura superar dicotomias como urbano-rural e centro-periferia, evidenciando que o direito à educação não se distribui de forma abstrata ou homogênea, mas é territorialmente mediado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A permanência escolar no ensino médio público, em contextos interioranos e regionalmente desiguais, não pode ser explicada apenas por atributos individuais, dinâmicas escolares internas ou indicadores educacionais isolados. Na Região Serrana Fluminense, a continuidade dos estudos é produzida em uma estrutura territorial marcada por heterogeneidades econômicas, geográficas e institucionais, que se expressam na organização da rede urbana regional, na distribuição desigual de infraestrutura, na oferta diferenciada de serviços e na posição hierárquica ocupada pelos municípios. A questão central, portanto, não é apenas por que alguns jovens permanecem e outros não, mas de que modo as condições de permanência são territorialmente produzidas e distribuídas de forma desigual.

A literatura sobre permanência e abandono escolar contribui para deslocar o problema de uma leitura pontual para uma abordagem processual. Rumberger e Lim (2008) mostram que o abandono resulta do acúmulo de múltiplas determinações ao longo da trajetória escolar; por consequência, a permanência também deve ser compreendida como processo relacional, instável e continuamente tensionado. Motivação, vínculo institucional, desempenho e reconhecimento são dimensões relevantes, mas, em contextos como o da Serra Fluminense, elas se articulam a condições concretas de vida, como renda, necessidade de conciliar estudo e trabalho, tempo de deslocamento, qualidade dos serviços públicos e densidade dos suportes familiares e comunitários. Permanecer na escola, assim, ultrapassa a presença física e envolve a sustentação material e simbólica de vínculos que tornem a experiência escolar viável e dotada de sentido.

É nesse ponto que a análise territorial se torna decisiva. Em Lefebvre (1972; 1973; 1999; 2001), o espaço deixa de ser entendido como mero suporte neutro e passa a ser concebido como produto social, atravessado por relações de poder e por formas desiguais de apropriação. Essa perspectiva permite compreender que infraestrutura, circulação, equipamentos e serviços não se distribuem aleatoriamente, mas segundo uma ordem espacial historicamente produzida. Na Região Serrana Fluminense, essa ordem assume feições híbridas, nas quais centralidades urbanas, pequenos municípios e áreas rurais ou periurbanas se interpenetram, tornando insuficientes dicotomias rígidas entre urbano e rural.

Esse argumento dialoga com Brenner e Schmid (2012; 2014; 2015), ao mostrarem que a urbanização contemporânea extrapola os limites formais da cidade, e com Rolnik (2015), ao evidenciar que o território é atravessado por lógicas desiguais de valorização e acesso. Em chave convergente, Costa (2025) propõe compreender os territórios híbridos como configurações estruturais da urbanização contemporânea em contextos periféricos e não metropolitanos. No caso da Serra Fluminense, essa formulação permite interpretar a região como um arranjo territorial internamente desigual, no qual “ruralidades” e “urbanidades” (RUA, 2006) se articulam de modo durável, incidindo diretamente sobre as condições de vida e de escolarização da juventude.

Harvey (2004; 2006) e Milton Santos (1970; 2003) oferecem fundamentos centrais para compreender como essas desigualdades se materializam. Em Harvey, a noção de “desenvolvimento geográfico desigual” evidencia que a concentração de investimentos, infraestrutura e oportunidades em determinados pontos do território não é casual, mas expressão de processos seletivos de valorização do espaço. Em Milton Santos, o “território usado” e a “urbanização desigual” permitem mostrar que tais assimetrias se traduzem em condições concretas de circulação, acesso a serviços, conectividade e reprodução cotidiana da vida. Assim, a permanência escolar varia conforme a posição ocupada pelo município na rede regional, a densidade institucional disponível e a infraestrutura que sustenta, ou dificulta, a continuidade dos estudos.

A noção de rede urbana regional aprofunda esse argumento. Em Sposito (2009), pequenas e médias cidades devem ser compreendidas a partir de suas relações de centralidade, dependência e fragmentação. Natal, Costa e Miranda (2015) reforçam essa leitura ao caracterizarem a Região Serrana Fluminense como historicamente desarticulada,

marcada por baixo dinamismo relativo e fraca coesão entre seus principais polos. Nesse quadro, a desigualdade educacional aparece como uma expressão concreta dessa organização regional desigual.

A permanência, contudo, não depende apenas da posição dos municípios na rede urbana ou da oferta diferenciada de infraestrutura. Ela também se sustenta, ou se fragiliza, a partir da densidade dos suportes sociais disponíveis ao longo da trajetória. Castel (1994; 1997) ajuda a compreender esse processo ao mostrar que a desfiliação decorre do enfraquecimento progressivo dos vínculos e suportes que amparam a vida social. Em contextos de menor centralidade, renda reduzida, precariedade infraestrutural e baixa densidade institucional, esses suportes tendem a ser mais frágeis, tornando a permanência escolar mais vulnerável ao desgaste e à interrupção.

Nessa mesma direção, Tuan (1983) permite pensar o lugar como experiência e centro de significado. Quando o Estado falha em prover transporte, saúde, segurança ou renda estável, o suporte cotidiano desloca-se para a casa, a vizinhança e os vínculos comunitários e territoriais. A permanência escolar passa, então, a depender também da capacidade de o lugar sustentar material e afetivamente os percursos juvenis.

Essa dinâmica é atravessada, ainda, por desigualdades racializadas e pela precarização do trabalho juvenil. Gonzalez (2020 [1979]) e Fernandes (1978) mostram que a distribuição do trabalho, da renda e das oportunidades no Brasil não é racialmente neutra. Na Serra Fluminense, raça, renda e centralidade territorial se sobrepõem, produzindo condições desiguais de permanência escolar. Ao mesmo tempo, Antunes e Alves (2004) e Braga (2017) ajudam a compreender a expansão de formas flexíveis, instáveis e precárias de inserção laboral. Nesse contexto, “bicos”, trabalho informal e ajuda em atividades familiares não constituem elementos laterais, mas parte do esforço cotidiano de sustentação da própria permanência.

Por fim, Lefebvre (2001) e Wacquant (2006) permitem compreender que a permanência escolar envolve também uma disputa pelo direito de viver o território em condições dignas e sem estigmatização. Educação, mobilidade, infraestrutura, segurança e acesso a serviços são dimensões inseparáveis. Em regiões marcadas por desigualdades territoriais, permanecer na escola depende não apenas da existência formal da vaga, mas das condições concretas de acessar o espaço escolar e de nele projetar um futuro possível.

Desse modo, a permanência escolar é aqui compreendida como processo territorialmente mediado, produzido na intersecção entre urbanização desigual, hierarquia da rede urbana, fragmentação regional, racialização da vulnerabilidade, precarização do trabalho e densidade variável dos suportes familiares e comunitários. Na Região Serrana Fluminense, as desigualdades entre municípios não constituem contexto externo à permanência escolar; elas integram o próprio mecanismo por meio do qual se distribuem, de forma desigual, as condições de continuar estudando.

3 MÉTODO

A investigação adotou abordagem metodológica mista (quali-quantitativa), partindo da premissa de que a permanência escolar em contextos não metropolitanos constitui um fenômeno multidimensional, que exige a articulação entre estruturas territoriais, desigualdades socioeconômicas e experiências juvenis.

A estratégia integrou análise estatística de dados educacionais a uma investigação qualitativa das experiências escolares, com apoio do software NVivo, permitindo articular tendências gerais dos indicadores às narrativas dos sujeitos e conferir densidade interpretativa à análise territorial.

Tal escolha fundamenta-se na compreensão do território como agente ativo, que condiciona trajetórias educacionais por meio de sua inserção desigual na rede urbana regional. A estratégia de triangulação metodológica, conforme proposta por Denzin (1978), constituiu o eixo central da pesquisa, sendo mobilizada como recurso analítico para captar a permanência como um fenômeno relacional e processual. O arcabouço teórico-analítico ancorou-se na teoria de médio alcance de Robert K. Merton (1968), permitindo articular evidências empíricas a processos sociais mais amplos, em diálogo com as contribuições de Henri Lefebvre (1999) sobre a “urbanização” e “metropolização”, de Milton Santos (1970) a respeito da “urbanização desigual”, de David Harvey (2006) acerca do “desenvolvimento geográfico desigual”.

3.1 DELIMITAÇÃO TERRITORIAL E AMOSTRAGEM

O universo empírico compreendeu estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da rede pública estadual, considerando a diversidade territorial. A amostra quantitativa final totalizou 300 questionários válidos, enquanto a dimensão qualitativa incluiu 14 grupos focais (um por município), resultando em aproximadamente 2.570 trechos codificados. A pesquisa seguiu os preceitos éticos, com assinatura do TCLE, participação voluntária, possibilidade de desistência e anonimização dos dados.

O recorte espacial abrangeu 14 municípios da Região Serrana Fluminense, definidos a partir da convergência entre os recortes da Fundação CEPERJ (2024) e da Secretaria de Estado de Educação (2024). Os municípios foram agrupados em “média centralidade” e “baixa centralidade”, visando construir parâmetros comparáveis para análise das desigualdades territoriais na permanência escolar, segundo figura abaixo.¹

Figura 1. Configuração da Rede Urbana na Região Serrana Fluminense



Fonte: Elaborado pelos autores.

1 A inclusão de Petrópolis na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, formalizada pela Lei Complementar Estadual nº 184/2018 e reconhecida por órgãos como a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro e a Fundação CEPERJ, evidencia uma tensão entre a lógica normativa estatal e as dinâmicas socioterritoriais efetivas. Embora juridicamente fundamentada em critérios de integração funcional, essa incorporação configura uma metropolização por decreto, ao desconsiderar a historicidade serrana do município: marcada por ruralidades persistentes, identidades próprias e formas de organização espacial vinculadas a vales, encostas e circuitos internos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que é oficialmente classificado como metropolitano, Petrópolis mantém centralidade histórica, econômica e funcional na Região Serrana Fluminense, o que justifica, no âmbito deste estudo, sua inserção nesse recorte regional e a delimitação empírica às 14 municipalidades que o compõem.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS:

A dimensão quantitativa foi realizada por meio de questionário estruturado com 74 questões fechadas, aplicado via Google Forms, contemplando: (i) perfil e identidade (autodeclaração racial); (ii) dimensão socioeconômica (renda familiar); (iii) trajetória escolar (reprovação e conciliação entre estudo e trabalho); e (iv) território e serviços (tempo de deslocamento, acesso à internet e avaliação de serviços públicos como saúde, educação, segurança e transporte).

A dimensão qualitativa utilizou grupos focais com roteiro semiestruturado, voltados à apreensão das narrativas juvenis sobre o “espaço vivido”, com ênfase nos significados atribuídos à escola, aos projetos de futuro e às barreiras territoriais.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E INTEGRAÇÃO DAS CATEGORIAS DOS GRUPOS FOCAIS

Os dados quantitativos foram processados no software Jamovi (versão 2.3.28), por meio de estatística descritiva e análise de frequência, visando identificar padrões e correlações.

Os dados qualitativos foram analisados por meio de análise de conteúdo temática, com suporte do NVivo, permitindo a construção de categorias como “permanência em disputa” e “paradoxo da centralidade”.

A análise seguiu os princípios de Bardin (2011), com identificação de temas recorrentes e elaboração de categorias interpretativas. O livro de códigos foi construído pela equipe responsável pela coleta, e a validação ocorreu por dupla revisão em pares, com resolução de divergências por consenso. As frequências reportadas correspondem ao número de menções temáticas no corpus, considerando como unidade de análise os trechos codificados das falas nos grupos focais.

4 RESULTADOS

A seção de resultados analisa a permanência escolar na Região Serrana Fluminense a partir de três eixos articulados: (1) o perfil socioeconômico dos estudantes e sua inserção

desigual na rede urbana; (2) as relações entre renda, raça e reprovação, evidenciando a permanência como trajetória marcada por vulnerabilidades; Por fim, (3) as percepções dos jovens sobre o território e os serviços públicos, destacando tanto os limites estruturais quanto os suportes que sustentam sua continuidade na escola.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO/IDENTITÁRIO DOS ESTUDANTES

A Tabela 1 revela um *paradoxo territorial*: estudantes de municípios de médio porte apresentam maior inserção no mundo do trabalho (apenas 23% somente estudam) em comparação aos de municípios pequenos (31,3%) . A maior dinâmica econômica dos centros médios parece oferecer circuitos de valorização que permitem a conciliação entre estudo e trabalho sem necessariamente comprometer a permanência imediata, sugerindo que a centralidade urbana atua como um amortecedor de vulnerabilidades econômicas, configurando o território como “ponte”.

Tabela 1 - Realização de Trabalho em Paralelo com Atividade Escolar x Tipo de Município

Você trabalha atualmente?	Médio porte da rede urbana regional		Pequeno e de baixa centralidade	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não, somente estudo	20	23,0%	66	31,3%
Sim, ajudo em casa (sem trabalho formal)	29	33,3%	73	34,6%
Sim, faço alguns bicos	19	21,8%	35	16,6%
Sim, tenho MEI ou pequeno negócio próprio	1	1,1%	12	5,7%
Sim, sou estagiário/jovem aprendiz	6	6,9%	6	2,8%
Sim, trabalho com carteira assinada	1	1,1%	2	0,9%
Sim, trabalho sem carteira assinada	11	12,6%	17	8,1%

Fonte: elaborado pelo autores

Os achados qualitativos revelam que os estudantes recorrem a ocupações informais e precárias ("bicos") como estratégia de sobrevivência financeira, enfrentando a tensão entre o trabalho flexibilizado e as exigências escolares. Modalidades como panfletagem, entregas e artesanato forçam os jovens a jornadas exaustivas, transformando a permanência em um esforço contínuo contra o cansaço e a precariedade. Relatos do CE Edmundo Bittencourt exemplificam essa lógica de instabilidade que caracteriza a inserção laboral precoce e as barreiras impostas à conciliação com os estudos.

"Bom, trabalho fixo eu não tenho não, mas como é a época de eleição agora, eu consegui arrumar um bico de entregar panfleto."

Outro estudante, do CE Sargento Fisher, no município do Carmo, aponta o custo físico dessa rotina:

"E aí, tipo assim, quando quer pegar alguma coisa, um freelancer, assim, final de semana, fica muito complicado pra gente também. Porque aí segunda-feira a gente vai estar mais exausto ainda."

A restrição não é apenas de tempo, mas também de acesso, como afirma estudante no CE Sumidouro, no município de mesmo nome:

"Pra gente que está estudando de sete às quatro só tem uma opção. Ou tipo, entregar lanche, mas sem carteira de motorista..."

Uma aluna do CE Guiomer Gonçalves Neves em Trajano de Moraes, por sua vez, revela como a própria escola pode ser vivida como obstáculo à geração de renda:

"Eu, por exemplo, faço bolsa e quadro para vender. Às vezes que eu tenho que ficar aqui em aula vaga... eu poderia estar em casa fazendo minha bolsa, ganhando meu dinheiro."

Os dados quantitativos evidenciam a disseminação do trabalho informal: a realização de "bicos" alcança 21,8% dos estudantes em centros médios e 16,6% nos municípios menores, enquanto a categoria "ajuda em casa" (34%) frequentemente encobre atividades produtivas familiares, como o artesanato e a produção têxtil doméstica, recorrentes na região. Esse quadro reforça a ideia de "permanência em disputa", na qual jornadas duplas ou triplas impõem aos jovens um esforço contínuo diante da exaustão e da precariedade.

Conforme a perspectiva de Harvey (2006), o território materializa a seletividade espacial do capital e o racismo estrutural: em municípios médios, a concentração de privilégios é nítida, com estudantes brancos detendo 100% da faixa de renda acima de três salários-mínimos, enquanto pretos e pardos predominam na base. Com uma amostra composta por 50,7% de não-brancos (49,0% brancos, 34,7% pardos e 15,7% pretos), próxima da composição regional, os resultados evidenciam que as desigualdades

educacionais e a distribuição de recursos na região são profundamente atravessadas por clivagens racializadas.

Tabela 2 – Tipo de Município x Renda Familiar x Raça

Tipo de município	Renda familiar	Raça	Frequência	Porcentagem
Médio porte da rede urbana regional	Até 1 salário-mínimo	Branca(o)	14	41,2%
		Preta(o)	5	14,7%
		Parda(o)	15	44,1%
	De 1 a 3 salários-mínimos	Branca(o)	29	64,4%
		Preta(o)	3	6,7%
		Parda(o)	13	28,9%
Pequeno e de baixa centralidade	Acima de 3 salários-mínimos	Branca(o)	8	100,0%
		Até 1 salário-mínimo	32	35,2%
	De 1 a 3 salários-mínimos	Preta(o)	18	19,8%
		Parda(o)	41	45,1%
		Branca(o)	49	49,5%
		Preta(o)	17	17,2%
Acima de 3 salários-mínimos	Parda(o)	33	33,3%	
	Branca(o)	15	71,4%	
	Preta(o)	4	19,0%	
		Parda(o)	2	9,5%

Fonte: elaborado pelos autores.

Essa dinâmica racializada e desigual manifesta-se na concentração de 43,6% das famílias com renda de até um salário-mínimo nos municípios de menor centralidade, evidenciando o nexo entre isolamento geográfico e pobreza familiar. Enquanto nos centros de maior porte os circuitos econômicos dinâmicos amortecem vulnerabilidades ao permitirem a conciliação entre estudo e trabalho, nos pequenos municípios a escassez de postos laborais impõe ao jovem uma escolha binária entre a sobrevivência imediata e a escola. A carência de oportunidades, como o programa Jovem Aprendiz (mais presente nos polos regionais), alimenta uma percepção de estagnação e horizonte fechado. No CE José Cardoso de Moraes, em São Sebastião do Alto, os relatos convergem para críticas ao modelo educacional e sentimentos de desigualdade, onde os estudantes se sentem "presos" e sem perspectivas de prosperidade local.

“É, como se sem estudo a gente não é nada. Se com estudo a gente tá sendo nada também. Porque aqui a gente tá preso. Não tá prosperando, porque o governo manda umas atividadezinha repetida e tá achando que tá fazendo sucesso com a gente. Não, não tá não. Tá sendo uma merda”.

“Porque se a gente precisa de um trabalho, de um serviço, geralmente é na parte da manhã. Então, ainda mais aqui na região... no interior, porque não tem jovem aprendiz com abundância, não tem nada que você possa fazer na parte da tarde. É geralmente sempre de manhã. Isso trava muito a gente, entendeu?”

O vínculo dos jovens com o Ensino Médio é predominantemente instrumental, orientado por finalidades exteriores à experiência escolar presente. Esse investimento simbólico na escolarização como via de mobilidade social e segurança existencial é evidenciado pela alta aspiração acadêmica: 44% dos respondentes veem a escola como preparação para a universidade, 48% possuem a intenção concreta de ingressar no ensino superior e 72,4% acalentam esse sonho.

Nesse quadro, a permanência configura-se menos como uma adesão institucional espontânea e mais como uma estratégia de sobrevivência, na qual a instituição opera como ponte para um futuro almejado, enquanto o tempo presente é experienciado como espaço de desgaste e postergação. Assim, o percurso escolar assume o caráter de um projeto de escape territorial: a educação torna-se o instrumento necessário para superar as restrições do entorno geográfico e social e "sair daqui", buscando um emprego estável (20,7%) e o acesso a territórios com maior densidade de capital.

4.2 PERMANÊNCIA ESCOLAS, DESIGUALDADES RACIALIZADAS E RENDA

Os dados da Tabela 3 confirmam a renda familiar como o preditor mais consistente da fluidez do percurso escolar, funcionando como o principal divisor entre trajetórias de sucesso ou vulnerabilidade.

Nos municípios de médio porte, o índice de não reprovação salta de 73,5% (até 1 salário-mínimo) para 88,9% na faixa de 1 a 3 salários. Já nos municípios pequenos, a precariedade na base da pirâmide econômica é mais acentuada: apenas 68,8% dos estudantes com menor renda transitam sem reprovações, enquanto o sucesso atinge 90,5% somente para quem possui renda superior a 3 salários.

Sob a ótica do "território como muro", essa escassez de recursos em municipalidades de baixa centralidade ergue barreiras materiais e logísticas que convertem a escola em um ambiente de "desengajamento progressivo" e desgaste cotidiano para as juventudes.

Tabela 3: Tipo de Município x Renda Familiar x Reprovação

Tipo de município	Renda familiar	Reprovação	Frequência	Porcentagem
Médio porte da rede urbana regional	Até 1 salário-mínimo	Não / Nenhuma	25	73,5%
		Uma ou duas vezes	9	26,5%
	De 1 a 3 salários-mínimos	Não / Nenhuma	40	88,9%
		Uma ou duas vezes	5	11,1%
Pequeno e de baixa centralidade	Acima de 3 salários-mínimos	Não / Nenhuma	7	87,5%
		Uma ou duas vezes	1	12,5%
	Até 1 salário-mínimo	Não / Nenhuma	64	68,8%
		Uma ou duas vezes	27	29,0%
	De 1 a 3 salários-mínimos	Três vezes ou mais	2	2,2%
		Não / Nenhuma	84	84,8%
Uma ou duas vezes		14	14,1%	
Três vezes ou mais		1	1,0%	
Acima de 3 salários-mínimos	Não / Nenhuma	19	90,5%	
	Uma ou duas vezes	2	9,5%	

Fonte: elaborado pelos autores

A permanência escolar revela-se um processo ancorado nos laços familiares e redes de pertencimento local, que assumem o papel de suporte primário diante das falhas do Estado e da infraestrutura territorial. Essa estabilidade afetiva e financeira da família funciona como uma "ponte" ou "corrimão" nos momentos em que o território se fecha como um "muro".

A Tabela 4 evidencia o peso das desigualdades racializadas e como elas são aprofundadas pela hierarquia urbana regional. Observa-se um contraste drástico na trajetória de estudantes pretos: enquanto nos municípios de médio porte eles atingem 100% de sucesso (não reprovação), nos municípios pequenos esse índice cai para 66,7%, elevando a taxa de reprovação para 33,3%.

Tabela 4: Tipo de Município x Raça x Reprovação

Tipo de município	Raça	Reprovação	Frequência	Porcentagem
Médio porte da rede urbana regional	Branca(o)	Não / Nenhuma	43	84,3%
		Uma ou duas vezes	8	15,7%
	Preta(o)	Não / Nenhuma	8	100,0%
		Parda(o)	Não / Nenhuma	21
Pequeno e de baixa centralidade	Branca(o)	Uma ou duas vezes	7	25,0%
		Não / Nenhuma	82	85,4%
	Preta(o)	Uma ou duas vezes	13	13,5%
		Três vezes ou mais	1	1,0%
		Não / Nenhuma	26	66,7%
		Uma ou duas vezes	12	30,8%

	Três vezes ou mais	1	2,6%
Parda(o)	Não / Nenhuma	58	76,3%
	Uma ou duas vezes	18	23,7%

Fonte: elaborado pelos autores

As taxas de reprovação indicam que a permanência escolar é uma trajetória precária, em que a renda familiar dita o sucesso: o índice de não reprovação salta de 70% na base para 90% nos estratos superiores, revelando a fragilidade do suporte institucional. Onde o território falha em prover serviços, emergem os laços familiares e as redes locais (citados em 13 das 14 escolas) como o sustentáculo das trajetórias.

É no “espaço vivido” (LEFEBVRE, 1970) e nos “centros de significado” (TUAN, 1983) do cotidiano que os jovens encontram o amparo afetivo e material que o Estado omite. O capital cultural familiar consolida-se, assim, como o divisor de horizontes: enquanto em contextos estáveis ele orienta o plano da universidade, na vulnerabilidade a mera permanência já é vivida como uma vitória, conforme relata um estudante do CE José Cardoso de Moraes, em Duas Barras:

“É, tipo assim, a gente tá aqui pra finalizar, pra pegar o diploma e seguir a vida”.

Outros depoimentos, colhidos junto ao Colégio Estadual Barão de Santa Maria Madalena, em município de mesmo nome, sintetizam com precisão esse ecossistema de dependências:

“É imensurável o tanto que a nossa família influencia tanto na gente quanto na nossa vida, na nossa ação. [...] Se a gente não tiver uma base familiar muito boa, um incentivo, um apoio muito grande, eu acho que a gente não ia conseguir fazer o que a gente faz.”

“Meus pais, meus tios, muito deixaram o ensino médio, né? Ou o ensino fundamental, então, eles querem uma oportunidade diferente para mim... Que eu cresça, né? Seja alguém”.

Na mesma direção, um relato do Colégio Estadual Constância Soares Teixeira, em Cordeiro:

“É, eu tipo, graças a deus os meus pais me ajudam muito em casa com isso, eles me motivam muito, sempre assim: “Ah, se você quer, tudo vem com sacrifício”. Aí eu tenho motivação pra aprender as coisas por fora, mas aqui na escola não tem nenhum”

O território manifesta-se não apenas como barreira logística, mas como produtor de “estigmas” (WACQUANT, 2006) que impactam o pertencimento e a motivação juvenil. Em municípios de baixa centralidade e áreas rurais, a desvalorização simbólica do lugar de origem é frequentemente internalizada pelos estudantes como um horizonte de limitações. Esse estigma, por vezes, é reforçado pela própria equipe escolar, convertendo o ambiente pedagógico em um espaço de deslegitimação das trajetórias juvenis.

Esse padrão de violência simbólica emerge de forma contundente nos relatos dos estudantes: no CE Sumidouro, um aluno narra que um membro da equipe sugeriu que os jovens deveriam “procurar uma enxada bem afiada” em vez de estudar; já no CE Constância Soares Teixeira, em Cordeiro, os jovens apontam o preconceito direcionado aos moradores de bairros pobres. Assim, o território impõe um “muro” que ultrapassa a distância física, operando como um fator de desfiliação que questiona a legitimidade da presença do jovem no espaço escolar:

“Teve até uma pessoa assim da equipe escolar que semana passada mandou a gente procurar uma enxada bem afiada”.

“Eu acho que também tem esse preconceito por conta do bairro... Pobre, por ser um bairro pobre”.

A dimensão territorial revela que municípios de médio porte alcançam índices superiores de não reprovação (82,8%), mesmo com menor proporção de estudantes dedicados exclusivamente aos estudos (23%, contra 31,3% nos pequenos — Tabela 1). Essa maior densidade institucional e a inserção nos circuitos econômicos regionais funcionam como mecanismos compensatórios, tornando a escola uma ponte mais robusta para a permanência.

Em contraste, a baixa centralidade dos municípios menores agrava as vulnerabilidades, evidenciadas na taxa de 33,3% de reprovação entre estudantes pretos; grupo que atinge 100% de sucesso nos polos médios. Onde o Estado e a infraestrutura recuam, as trajetórias são sustentadas pelos laços familiares e redes comunitárias tecidas no “lugar” (TUAN, 1983), que permanecem como o suporte vital para manter o estudante na escola diante dos obstáculos territoriais.

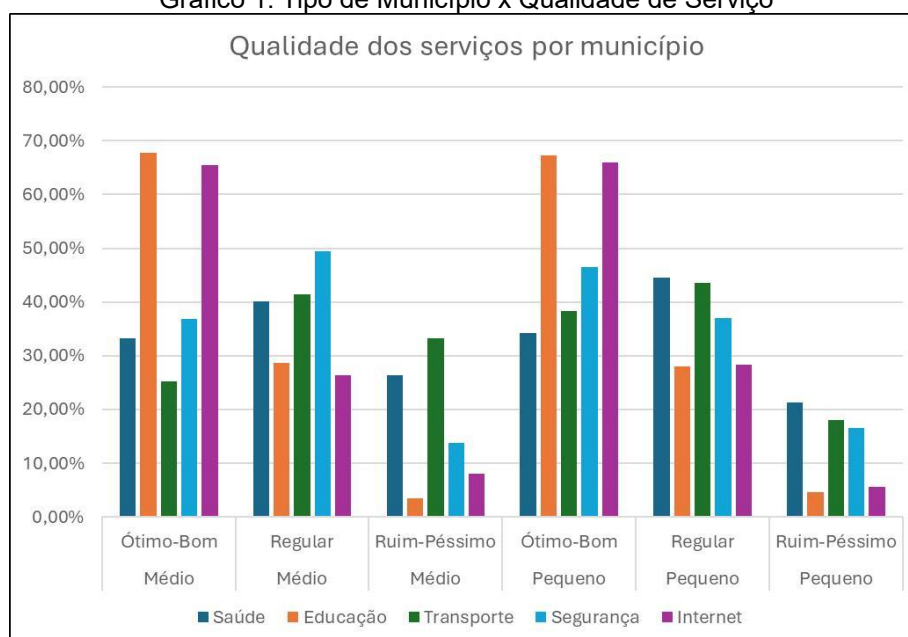
4.3 PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES/USUÁRIOS SOBRE O TERRITÓRIO

A permanência escolar no ensino médio da Região Serrana Fluminense resulta da mediação ativa do território e processos de “urbanização desigual” (SANTOS, 1970), que não são neutros, mas atuam como agentes que viabilizam ou restringem o direito à educação por meio do acesso desigual a infraestruturas e serviços.

Nessa perspectiva, o percurso estudantil não se reduz ao mero oposto da evasão, mas configura-se como uma trajetória sustentada por vínculos e condições territoriais que conferem sentido ao ato de “ficar” na escola. A análise integrada sobre a qualidade dos serviços municipais demonstra como a infraestrutura urbana funciona como mediadora da cidadania e da permanência, evidenciando que o sucesso escolar é indissociável da organização regional do espaço.

Os serviços de educação e acesso à internet consolidam-se como os principais vetores de estabilidade, com avaliações “Ótimo-Bom” superiores a 60% e rejeição mínima, facilitando o acesso a direitos e projetos de futuro. Em contraste, a saúde e o transporte público constituem os nós críticos de vulnerabilidade, apresentando os maiores índices de “Ruim-Péssimo”; superando 26% e 30%, respectivamente, nos municípios de médio porte, como podemos observar no gráfico.

Gráfico 1: Tipo de Município x Qualidade de Serviço



Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa configuração materializa o “paradoxo da centralidade”, no qual centros urbanos maiores geram uma percepção de precariedade superior à das pequenas municipalidades em alguns eixos fundamentais, apesar de possuírem maior capacidade técnica instalada. Assim, o território manifesta-se de forma ambivalente: enquanto as redes escolar e digital atuam como pontes, as falhas nos serviços básicos erguem muros logísticos e de cuidado, tornando a trajetória estudantil uma "permanência em disputa" que exige a mobilização de redes familiares para mitigar as lacunas do Estado.

A análise das percepções estudantis, sintetizada no gráfico "Qualidade dos serviços por município", revela que a eficácia das políticas públicas é heterogênea e dependente da centralidade territorial, estruturando-se precisamente a partir dessas três dimensões: vetores de estabilidade, nós críticos e o paradoxo da centralidade.

4.3.1 Os vetores de estabilidade (educação e internet)

A educação e o acesso à internet emergem como as dimensões melhor avaliadas, com índices de "Ótimo-Bom" superiores a 60% em ambos os tipos de municípios. Na educação, a rejeição ("Ruim-Péssimo") é inferior a 5%, independentemente do porte municipal. Esses dados sugerem que a escola e a conectividade digital são as "pontes" mais sólidas, funcionando como infraestruturas básicas que sustentam a permanência.

4.3.2 Os nós críticos (saúde e transporte)

Inversamente, a saúde e o transporte público configuram-se como os principais pontos de vulnerabilidade. O transporte público recebeu a pior avaliação nos municípios de médio porte, com mais de 30% de reprovação ("Ruim-Péssimo"). A saúde apresenta padrão similar, com avaliações negativas superiores a 21% no total da amostra, sendo mais críticas nos municípios médios (26%) do que nos pequenos (21%).

4.3.3 O paradoxo da centralidade

Observa-se que municípios de médio porte, apesar de possuírem maior capacidade instalada teórica, apresentam percepções de qualidade inferiores aos pequenos em eixos vitais como saúde e transporte. Isso indica que o adensamento urbano e a demanda regional nesses centros geram novas formas de vulnerabilidade cotidiana relacionadas à “metropolização do espaço” (Lefebvre 1999, 2001), e a “urbanização desigual” (Santos, 1970), transformando serviços que deveriam ser pontes em obstáculos logísticos e de cuidado.

A permanência escolar na Região Serrana manifesta-se de forma instrumental: o vínculo dos jovens sustenta-se pela promessa de mobilidade futura (universidade e emprego), sobrepondo-se ao valor da experiência presente. A análise qualitativa evidencia que o território atua como um agente ativo, impondo constrangimentos logísticos que testam diariamente o engajamento dos estudantes.

O transporte público e escolar se consolidam como os principais “nós críticos”, especialmente em municípios pequenos e áreas distritais. O deslocamento configura-se como uma barreira física e exaustiva, com relatos de jovens que acordam às 4h da manhã e enfrentam estradas precárias que, em dias de chuva, inviabilizam o acesso à instituição. Um estudante do CE Guiomar, em Trajano de Moraes, sintetiza esse “muro” geográfico:

"o ônibus é bem acabadinho por causa da estrada... quando chove, às vezes a gente não consegue vir".

Já no CE Gabriela Mistral, em Petrópolis, município de média centralidade, as distâncias parecem ser mais administráveis. Um estudante resume:

"Para mim é tranquilo, eu até tenho ônibus para vir, mas da minha casa até aqui é rapidinho, uns quinze minutos. Então, para mim, é tranquilo. Eu venho a pé."

O relato a seguir ilustra de forma contundente como a precariedade da infraestrutura e os constrangimentos geográficos operam como “muros” para a educação. A fala destaca a “questão rural” e o transporte público como um nó crítico que condiciona a frequência e o engajamento dos estudantes.

Entrevistadora: Tem alguma coisa que a gente não tenha colocado, não tenha perguntado, mas que vocês querem deixar registrado?

Aluna: "Não, eu quero que isso fique registrado no livro, pra ficar pra posteridade". [risadas] Tem alguma coisa?

Aluna: Eu acho que é questão rural da nossa cidade.

Entrevistadora: Então, fala, por favor.

Aluna: Dificuldade de locomoção, por exemplo, questão financeira também... Às vezes não tem remédio disponível pra eles poderem pegar na farmácia popular que fala, acho... Às vezes os alunos não vêm pra escola, que são de área rural, porque o transporte não foi ou quebrou...

Aluno: Ou porque choveu...

Aluna: Nossa, sempre quebra...

Aluna: Eles têm muita dificuldade de acesso... Se a gente que mora na parte... Como que fala? Tipo, na sede da cidade? A gente tem essas dificuldades, eles têm o dobro.

O relato da estudante do Colégio Estadual Barão de Santa Maria Madalena sintetiza com precisão a forma como o território pode operar como barreira à permanência escolar, principalmente em municípios de baixa centralidade. Ao destacar que falhas no transporte e condições climáticas adversas interrompem a frequência, sobretudo para jovens da zona rural, que enfrentam, nas suas palavras, o "dobro" das dificuldades, a narrativa evidencia que a infraestrutura não é um elemento periférico, mas o "básico que decide o possível" na Região Serrana. A vulnerabilidade financeira aprofunda esse quadro: a dificuldade de acesso a serviços básicos e medicamentos revela que a renda atua como limitador concreto das possibilidades de "ficar" na escola, além de apontar a fragilidade do sistema de saúde.

5 DISCUSSÃO

A análise integrada dos dados revela que a permanência escolar na Região Serrana Fluminense transcende o fator pedagógico, sendo condicionada pelo "desenvolvimento geográfico" e pela "urbanização" desiguais (HARVEY, 2006; SANTOS, 1990). Um dos principais achados desta pesquisa é a evidência de que a organização territorial estrutura seletivamente o acesso a oportunidades, onde a posição do município, seja de alta centralidade (como Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis) ou de baixa centralidade (como Sumidouro ou Macuco), condiciona radicalmente as trajetórias juvenis. O território, portanto, deixa de ser um cenário passivo e torna-se personagem central: ora funcionando como ponte instrumental para a mobilidade nos centros médios, ora erguendo muros de exclusão nos pequenos municípios.

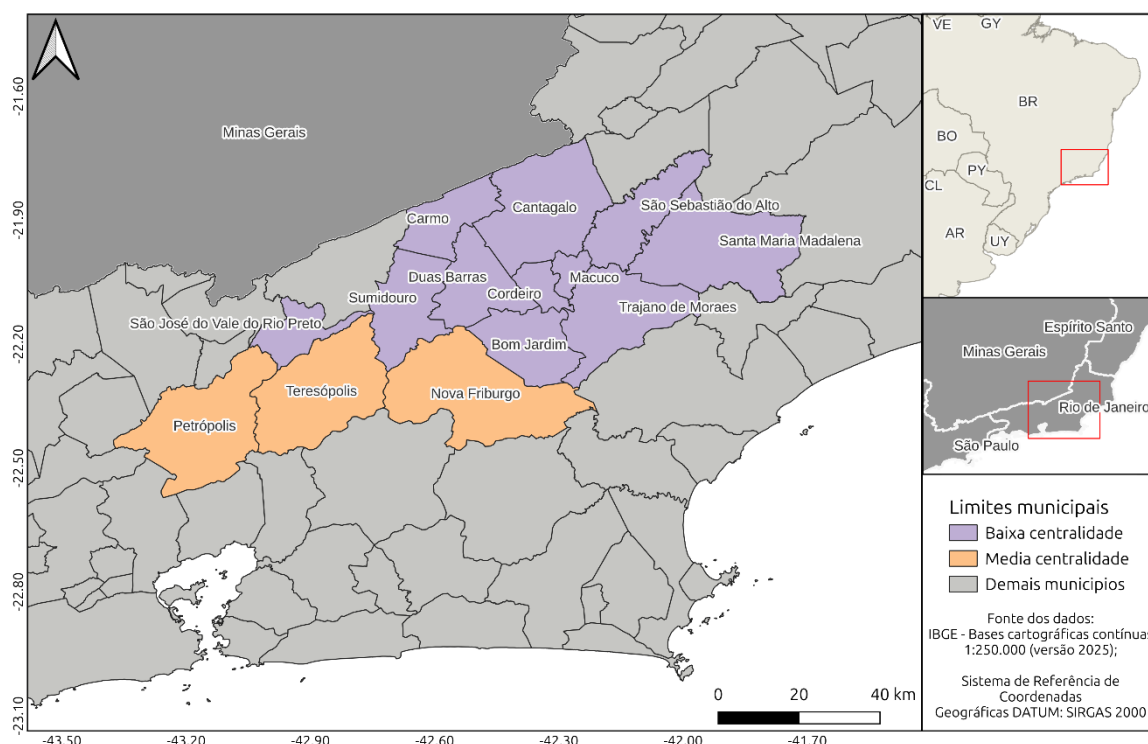
Os municípios de **média centralidade** ocupam posições hierárquicas superiores na rede urbana regional, concentrando funções administrativas, serviços especializados e maior densidade institucional. Essa centralidade se expressa na capacidade de polarização regional, na atração de fluxos e na oferta ampliada de equipamentos, especialmente em educação, saúde e serviços.

Em contraste, os **municípios de baixa centralidade** apresentam inserção subordinada, com menor diversificação econômica, fragilidade fiscal, infraestrutura limitada e formas “híbridas” de ocupação (SANTOS, 2003), marcadas pela coexistência de urbanização incompleta e ruralidades, o que amplia sua vulnerabilidade e restringe a permanência escolar.

Esse recorte analítico permite compreender como a posição ocupada pelo município na hierarquia urbana regional dita, de forma decisiva, tanto a oferta educacional quanto os obstáculos concretos à continuidade dos estudos, conforme demonstrado no mapa de Mapa regional abaixo.

Figura 2: Mapa da Região Serrana Fluminense (2026).

Região Serrana Fluminense



Fonte: Elaborado pelos autores.

A estrutura econômica reflete essa assimetria: enquanto municípios médios apresentam PIB per capita superior (R\$ 51.065,93 contra R\$ 37.789,95), evidenciando a “seletividade espacial do capital” (HARVEY, 2006), os menores enfrentam menor dinamismo e maiores barreiras à permanência juvenil. Assim, as condições de permanência escolar são territorialmente produzidas, vinculadas ao “desenvolvimento geográfico” e “urbanização” desiguais (HARVEY, 2006; SANTOS, 1970).

No acesso à educação, a precariedade infraestrutural é decisiva: com forte presença de estudantes em áreas rurais, o transporte escolar torna-se condição de possibilidade, e sua falha materializa a exclusão do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001). Estradas precárias e interrupções frequentes evidenciam como o desenvolvimento desigual se concretiza no cotidiano.

Paralelamente, emerge o *paradoxo da centralidade*: embora mais estruturados, os municípios médios enfrentam sobrecarga urbana, com avaliações negativas sobre transporte e segurança, tornando o deslocamento casa-escola um fator de desgaste e expulsão simbólica. A insegurança territorial reforça esse quadro, afetando o pertencimento e limitando as sociabilidades juvenis “fragmentando” o território (SPOSITO, 2009).

Nesse contexto, a escola oscila entre promessa de futuro e desgaste presente. Predomina um vínculo instrumental (voltado ao acesso ao ensino superior) tensionado pela percepção de desconexão entre currículo e realidade local. Ao mesmo tempo, a inserção no trabalho ocorre majoritariamente de forma informal, com baixíssima formalização e forte presença de atividades precárias, gerando exaustão e intensificando o conflito entre estudo e trabalho.

A tabela a seguir, sintetiza as evidências qualitativas e os achados teóricos sobre a relação entre a hierarquia urbana regional e as trajetórias juvenis na Região Serrana Fluminense:

Tabela 5: Hierarquia Urbana Regional e Trajetórias Juvenis na Região Serrana Fluminense

Classificação territorial	Vetores de estabilidade (o território como ponte)	Nós críticos (o território como muro)
Médio porte da rede urbana regional (Alta Centralidade)	Vantagem econômica e técnica: o PIB per capita superior (R\$ 51.065,93) sustenta circuitos que permitem a 77% dos jovens conciliar trabalho e estudo.	Paradoxo da centralidade: a “urbanização metropolizada” (LEFEBVRE, 1972) gera sobrecarga, com a pior avaliação regional de transporte (>30% de rejeição) e saúde (26%), onde a densidade asfixia o morador.

	<p>Resiliência institucional: maior taxa de sucesso escolar (82,8% de não reprovação) e logística compacta (64,4% moram a até 30 min da escola).</p> <p>Vetor digital: internet e educação em aprovação superior a 60%, funcionando como o principal acesso ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2003) para o projeto universitário (72,4% de aspiração).</p>	<p>Insegurança e desigualdade: 48,7% dos jovens não se sentem seguros no bairro.</p> <p>A seletividade espacial é racial: 100% dos estudantes no topo da pirâmide de renda são brancos.</p> <p>Esvaziamento do NEM: o Novo Ensino Médio é narrado como "baboseirada" ou "perda de tempo", gerando desengajamento por ser desconectado do ENEM.</p>
<p>Pequeno e de baixa centralidade (Baixa Centralidade)</p>	<p>Bem-estar do espaço vivido (LEFEBVRE, 1972): laços comunitários densos humanizam a saúde básica (apenas 21% de rejeição vs. 26% nos médios) e a segurança.</p> <p>Escola como locus social: na escassez de lazer (shoppings/cinemas), a escola é o único ponto de encontro e pertencimento, associada a um ambiente mais limpo e calmo.</p> <p>Apoio relacional: vínculos afetivos com professores (citados em 9 grupos focais) e a família como "corrimão" (134 trechos) são o que impede a desfiliação total onde o Estado falha.</p>	<p>Muro da logística rural: estradas de terra e transporte precário fazem da chuva um fator de expulsão escolar ("a porta da escola fechou").</p> <p>Asfixia funcional: dependência total de cidades-polo para cursos técnicos, lazer e serviços especializados.</p> <p>Vulnerabilidade e estigma: a reprovação atinge 33,3% dos jovens pretos. O território impõe marcas simbólicas, como o relato de funcionários sugerindo que o aluno deve "procurar uma enxada" em vez de estudar.</p> <p>Projeto de escape: o futuro é pautado por "sair daqui" para progredir.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise comparativa indica que a permanência escolar na Região Serrana se configura como uma “permanência em disputa”, fortemente condicionada pela geografia. Nos municípios médios, o território atua como ponte instrumental, permitindo conciliar trabalho e estudo, ainda que sob o custo da precarização dos serviços urbanos e da flexibilização laboral: outra expressão do paradoxo da centralidade.

Diante da insuficiência dos suportes públicos, os vínculos familiares e comunitários tornam-se centrais para a permanência escolar (TUAN, 1983). A continuidade dos estudos depende fortemente da renda e da estabilidade do entorno, evidenciando que, sem esse suporte, as falhas estatais inviabilizam trajetórias escolares.

A vulnerabilidade territorial intensifica desigualdades raciais: maiores taxas de reprovação entre estudantes pretos em municípios de baixa centralidade indicam que raça

e renda são mediadas pela posição na rede urbana, materializando, no espaço, a “divisão racial do trabalho” (GONZALEZ, 2020 [1979]) e a “seletividade do capital” (HARVEY, 2004).

As perspectivas de futuro, por sua vez, revelam uma estratégia de escape territorial. A busca por emprego estável (20,7%) e o desejo de “mudar de território” (12,6%) indicam que o horizonte de prosperidade é projetado para fora dos municípios de origem. A ideia de “sair daqui” sintetiza a percepção de que o território funciona mais como um muro de restrições do que como uma ponte de oportunidades, convertendo a conclusão da educação básica em um passaporte para a migração regionalizada em busca de melhores condições de vida.

6 CONCLUSÃO

Este artigo demonstrou que a permanência escolar na Região Serrana Fluminense não pode ser compreendida como atributo individual, efeito exclusivamente pedagógico ou simples oposto da evasão. Trata-se de um *processo territorialmente mediado*, produzido na articulação entre hierarquia urbana regional, desigualdades de renda, clivagens racializadas e acesso desigual a infraestruturas, serviços e redes de suporte. Nessa chave, as desigualdades entre municípios não constituem pano de fundo externo à escolarização, mas integram o próprio mecanismo de distribuição desigual das condições de continuar estudando.

Os resultados mostram que a posição ocupada pelos municípios na rede urbana regional condiciona de modo decisivo as trajetórias juvenis. Nos centros de maior centralidade, a maior densidade institucional, a diversificação funcional e a oferta relativamente ampliada de oportunidades tendem a amortecer parte das vulnerabilidades, ainda que sob a forma contraditória do que o estudo identificou como paradoxo da centralidade. Nos municípios pequenos e de baixa centralidade, ao contrário, a precariedade do transporte, a dependência intermunicipal, a fragilidade dos serviços e a escassez de oportunidades tornam a permanência mais instável, mais custosa e mais exposta à interrupção.

A contribuição central do estudo está em evidenciar que, nesse contexto, a permanência assume a forma de uma *permanência em disputa*: trajetória continuamente tensionada entre suporte e desgaste, expectativa de futuro e precariedade do presente. A

continuidade dos estudos depende menos de uma adesão linear à escola do que da possibilidade concreta de sustentar, no cotidiano, as condições materiais e simbólicas da escolarização. É nesse ponto que renda, raça, mobilidade, redes familiares, vínculos comunitários e capacidade estatal deixam de operar como variáveis paralelas e passam a compor, de forma relacional, a própria estrutura da permanência.

Ao deslocar a análise da escola isolada para a relação entre educação e produção desigual do espaço, o artigo também sugere uma implicação mais ampla: políticas de permanência escolar, em regiões interioranas e desigualmente articuladas, não podem ser pensadas apenas em termos curriculares ou intraescolares. Transporte, saúde, segurança, conectividade e fortalecimento institucional das pequenas centralidades devem ser compreendidos como condições constitutivas do direito à educação. Em síntese, garantir permanência escolar exige reconhecer que permanecer na escola, em contextos como o da Região Serrana Fluminense, é sempre mais do que permanecer na escola: é disputar, no território, as próprias condições de possibilidade da vida escolar.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary urbanization. In: BRENNER, Neil (org.). *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. The “urban age” in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 3, p. 731-755, 2014.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COSTA, Maria Alice Nunes. Territórios híbridos e urbanização desigual: novas fronteiras entre o rural e o urbano em contextos do Sul Global. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, Curitiba, v. 14, n. 9, p. 1-16, 2025.
- DENZIN, Norman K. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. New York: McGraw-Hill, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FUNDAÇÃO CEPERJ. *PIB estadual e municipal*. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2024.
- GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 45-48.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LEFEBVRE, Henri. Espaço y política. Barcelona: Ediciones Península, 1972.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MERTON, Robert K. Social theory and social structure. New York: Free Press, 1968.

NATAL, Jorge Luiz Alves; COSTA, Daniel de Oliveira; MIRANDA, Daniel de. A atual região serrana fluminense e seus espaços: economias perdedoras, institucionalidades desarticuladas e realidades sociais perversas. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 309-328, jul./dez. 2015.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUA, João. Urbanização e sociedade: os híbridos e o território. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-67, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. A urbanização desigual. São Paulo: Edusp, 1970.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC). Estrutura administrativa e regionais. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém: FASE; ICSA/UFPA, 2009.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. 16, p. 27-39, 2006.